

A nova composição de forças

Não foi apenas a eleição do sr. José Sarney para a presidência do Senado que assinalou a volta do Brasil velho. Na Câmara dos Deputados também se pode observar esse triunfo do antigo sobre o novo com a indicação do sr. Inocêncio Oliveira para a liderança do PFL, do sr. Michel Temer (ex-secretário de Fleury) para a liderança do PMDB e até mesmo a eleição do sr. Luís Eduardo Magalhães para a presidência da Casa. Isso, apesar do que há tempos se vem dizendo sobre as grandes diferenças que o separam do senador Antônio Carlos Magalhães, de novo figura importante no cenário político nacional.

A satisfação espelhada nos sorrisos dos senadores que compõem o quadro da fotografia que estampamos em nossa edição de ontem — Sarney cumprimentando Lucena, ladeado por Jader Barbalho e Mauro Benevides —, essa satisfação é a prova de que alguém triunfou sobre alguém. Há quem fale, observando os resultados das eleições e indicações de líderes no Senado e na Câmara, que o "Centrão" da Constituinte voltou ao Poder; há outros, possivelmente mais argutos, que identificam na vitória de Sarney, na indicação de Barbalho para a liderança e de Renan Calheiros (!), hoje no PMDB, para a segunda-secretaria do Senado, e nas posições que o partido conquistou na Câmara — garantindo, mediante acordo com o PFL, a presidência da Casa no biênio 97/98 — o triunfo do PMDB. Sem dúvida, há

fatos que apontam para isso — com o que o partido que foi fracorosamente derrotado no pleito presidencial é o que passa a ter maior peso específico no Congresso, não apenas pela expressividade de suas bancadas (majoritárias na Câmara e no Senado), mas pela influência das posições que conquistou.

É com o Brasil velho que o presidente Fernando Henrique Cardoso terá de se confrontar daqui para a frente. Possivelmente encontre no PFL, que sustentou sua candidatura, apoios importantes para realizar algumas das reformas que pretende, especialmente na ordem econômica. Já no que se refere à reforma do Estado e à da Previdência, será difícil vencer a batalha contra a estabilidade do funcionalismo e pela mudança dos critérios de aposentadoria e concessão de benefícios. Não apenas no Brasil velho por definição; também no que se apresenta como novo, no seu próprio partido, o chefe do governo encontrará resistências — que poderão se estender até a ordem econômica, quando então será difícil pôr termo aos monopólios ou mesmo flexibilizá-los na forma sugerida pelo ministro do Planejamento.

O fato inconteste é que, a partir de agora, o presidente da República não terá mais escu-



sas para retardar suas decisões, especialmente na composição do segundo escalão — em outras palavras, para colocar a máquina em funcionamento a pleno vapor. É lastimável, para dizer o menos, que até hoje os presidentes do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal não tenham podido tomar posse, apesar de designados, porque os partidos que apóiam o presidente no Congresso e ministros seus não chegam a acordo sobre como preencher as diretorias desses dois órgãos. Não se diga que foi o Congresso que encerrou anteontem suas atividades que impediu se fizessem as composições que tudo indica deverão ser feitas. O que conta é o Congresso que se instalou ontem — e constitucionalmente entrou em recesso, só iniciando de fato suas sessões no próximo dia 15! A partir de agora, o presidente terá de decidir — e ao escolher, seguramente contrariará alguém, nem que sejam os seus ministros econômicos, que insistem em ter elementos técnicos de sua confiança nas duas diretorias. Que dizer do sistema Telebrás e da Embratel, que até ontem também não tinham suas direções definidas? Não será possível postergar mais escolhas que sinalizarão rumos. Chamado a governar com um Congresso em que a esperança de

renovação é o presidente da Câmara dos Deputados, o presidente Fernando Henrique Cardoso deverá de fato começar a governar, certo de que à esquerda se erguerão vozes cada vez mais estridentes para acusá-lo de ter feito as más alianças e a elas se rendido.

A nova relação de forças que se estabeleceu no Congresso, a menos que o Brasil velho tenha perdido completamente o senso — o que em alguns casos, na Legislatura finda, de-

O presidente FHC terá de governar com um novo Congresso em que o Brasil velho triunfou

monstrou haver perdido —, obrigará a que haja um esforço para que se busque reabilitar o prestígio do Legislativo. Quando isso se conseguir, o Congresso terá aumentada sua capacidade de barganha com o Executivo — e é preciso ter presente que, condenado pela opinião pública ou não, o Congresso ainda detém enorme parcela de poderes, podendo criar obstáculos sem conta ao que o Executivo pretender realizar. Em outras palavras, o Brasil velho que triunfou poderá fazer avançar algumas reformas constitucionais, mas paralisará outras — possivelmente aquelas que sejam fundamentais para a reforma do Estado, sem a qual será difícil ao Brasil superar seus problemas.